



ESTADO DA BAHIA
SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

1

LEI Nº 308/2008

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA, ESTADO DA BAHIA.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte

Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de SANTA LUZIA para o exercício de 2009, em cumprimento ao disposto no art.165, § 2º da Constituição Federal combinado com os arts. 62 e 159, § 2º da Constituição Estadual e art. 4º da Lei Complementar Nº 101/2000, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - a estrutura, organização e diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- III - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- IV - as disposições sobre alterações na legislação tributária e política de arrecadação de receitas;
- V - as disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável;
- VI - as disposições finais.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades da gestão administrativa serão as seguintes:

- I - desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, reduzindo as desigualdades e disparidades sociais;
- II - modernização e ampliação da infra-estrutura, identificação da capacidade produtiva do Município, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento econômico utilizando parcerias com os segmentos econômicos da comunidade e de outras esferas de governo;
- III - desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da estrutura administrativa, valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais, visando o fortalecimento das instituições públicas municipais;
- IV - desenvolvimento de política ambiental centrada na utilização racional dos recursos naturais regionais, conciliando a eficiência econômica e a conservação do meio ambiente;
- V - desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da arrecadação e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;
- VI - austeridade na utilização dos recursos públicos – consolidação do equilíbrio fiscal, através do controle das despesas, com prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão;
- VII - apoio, divulgação, preservação e desenvolvimento do patrimônio histórico, cultural e artístico do Município, incentivando a participação da população nos eventos relacionados à história, cultura e arte;
- VIII - promoção do desenvolvimento de políticas voltadas à formação educacional da criança e o adolescente, investindo, também, em ações de melhoria física das unidades escolares, ampliando-as, modernizando-as adaptando-as às reais necessidades da população;
- IX - ampliação do acesso da população aos serviços básicos de saúde, priorizando as

1



ações que visem à redução da mortalidade infantil e das carências nutricionais;

X - desenvolvimento de ações que possibilitem a melhoria das condições de vida nas aglomerações urbanas críticas, permitindo que seus moradores tenham acesso indiscriminado aos serviços de saneamento, habilitação, transporte coletivo e outros.

Art. 3º - As metas para o exercício financeiro de 2009 são as especificadas no Anexo I que integra esta Lei, as quais terão procedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2009, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS
ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º - A Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estruturada na forma definida na Lei Nº 4.320/64 e Lei Complementar Nº 101/2000.

Art. 5º - Os recursos do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais, observados o limite previsto na Lei Complementar Nº 101/2000;

II - juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna e externa em observância às Resoluções Nºs 40 e 43/2001 do Senado Federal;

III - contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;

IV - outros custeios administrativos e aplicações em despesas de capital.

Parágrafo único – As dotações às despesas de capital, que não sejam financiadas com recursos originários de contratos ou convênios, somente serão programadas com os recursos oriundos da economia com os gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente as prioridades estabelecidas neste artigo.

Art. 6º - Somente serão incluídas na proposta orçamentária dotações financiadas com as operações de créditos mediante lei autorizativa do Poder Legislativo.

Art. 7º - Na programação de investimentos da Administração Pública direta e indireta, além do atendimento às metas e prioridades especificadas na forma dos arts. 2º e 3º desta Lei, observar-se-ão as seguintes regras:

I - a destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;

II - será assegurado alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;

III - não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 8º - As receitas diretamente arrecadadas e vinculadas das autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, serão destinadas, por ordem de prioridade:



- I - aos custeios administrativos e operacionais, inclusive pessoal e encargos sociais;
- II - ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida;
- III - a contrapartida de operações de crédito e convênios;
- IV - aos investimentos necessários ao atendimento das demandas sociais.

§ 1º - A programação das demais despesas de capital, com os recursos referidos no caput deste artigo poderá ser feita quando prevista em contratos e convênios ou, desde que atendidas plenamente as prioridades indicadas, os recursos sejam provenientes da economia com os gastos de outras despesas correntes.

§ 2º - A programação da despesa à conta de recursos oriundos do orçamento fiscal e da seguridade social observará a destinação e os valores constantes do respectivo orçamento.

SEÇÃO II **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL,** **DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTO**

Art. 9º - Para fins desta Lei conceituam-se:

I - categoria de programação – a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

II - transposição – o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outros, pelo total ou saldo;

III - remanejamento – a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

IV - transferência – o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro atender passivos contingentes;

V - reserva de contingência – a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

VI - passivos contingentes – questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

VII - alteração do detalhamento da despesa – a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo programa e grupo de despesa;

VIII - crédito adicional – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

IX - crédito adicional suplementar – as autorizações de despesas destinadas a reforçar programas, projetos ou atividades existentes na Lei orçamentária, que modifiquem o valor global dos grupos de despesa;

X - crédito adicional especial – as autorizações de despesas, mediante lei específica, destinadas à criação de novos programas, projetos ou atividades não contempladas na Lei Orçamentárias;

XI - crédito adicional extraordinário – as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Art. 10 – O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos poderes do Município, seus fundos, órgãos da administração direta, autarquias, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.



§ 1º - A totalidade das receitas e despesas de cada autarquia e fundação constará no orçamento fiscal, mesmo que as entidades não tenham qualquer parcela de sua despesa financiada com recursos transferidos do Tesouro Municipal.

§ 2º - O Município aplicará, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e transferências na manutenção e no desenvolvimento do ensino conforme dispõem a Constituição Federal no seu art. 212, a Emenda Constitucional n.º 14/96 e a Lei n.º 9.424/96.

Art. 11 – O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, inclusive seus fundos e fundações, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

Parágrafo único – O Município aplicará, no mínimo 15% (quinze por cento) da receita de impostos e transferências em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000.

Art. 12 – A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, até 30 de setembro de 2008, será composta, além da mensagem e do respectivo projeto de Lei, de:

- I - anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social;
- II - informações complementares.

§ 1º - Integrarão a Lei de Orçamento, conforme estabelece o § 1º do art. 2º da Lei n.º 4.320/64:

- I - sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;
- II - quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 01 da Lei n.º 4.320/64;
- III - quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;
- IV - quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração;

§ 2º - Os anexos relativos ao orçamento fiscal e da seguridade social serão compostos, com dados isolados ou consolidados, pelos seguintes demonstrativos:

- I - da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;
- II - do quadro da dívida fundada e flutuante do Município, com base no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2007;
- III - demonstrativo da Receita Arrecadada nos últimos 3 (três) exercícios e sua projeção para os 3 (três) subsequentes;
- IV - demonstrativo da Receita e Despesa segundo o Anexo 02 da Lei n.º 4.320/64;
- V - demonstrativo da despesa na forma dos Anexos 6 a 9 da Lei n.º 4.320/64 – art. 2º, § 2º e suas alterações.

Art. 13 – A despesa será detalhada de acordo com o estabelecido na Portaria Interministerial n.º 163/2001, da STN/MF.

- Art. 14** – Na fixação das despesas serão observadas prioritariamente os gastos com:
- I - pessoal e encargos sociais;
 - II - serviços da dívida pública municipal;
 - III - contrapartida de convênios e financiamentos;



IV - projetos e obras em andamento que ultrapassem a 30% (trinta por cento) do cronograma da execução.

§ 1º - Os recursos originários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente, alocados para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o atendimento integral dos aludidos gastos.

§ 2º - As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as atividades que visem a sua expansão.

§ 3º - Não poderão ser incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial.

Art. 15 – É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2008 por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - Os recursos destinados a título de subvenções sociais, somente serão alocados nos órgãos, entidades e fundos, que atuam nas áreas citadas no caput deste artigo.

§ 3º - Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116, da Lei n.º 8.666/1993 e a exigência do art. 26 da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 16 – A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar n.º 101/2000, deverá ser autorizada por lei específica, atendidas as condições nela estabelecida.

Art. 17 – A discriminação da receita será efetuada de acordo com o estabelecido na Portaria n.º 163/2001 da STN/MF.

Art. 18 – A receita municipal será constituída da seguinte forma:

- I - dos tributos de sua competência;
- II - das transferências constitucionais;
- III - das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;
- IV - dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;
- V - das oriundas de serviços executados pelo Município;
- VI - da cobrança da dívida ativa;
- VII - das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;
- VIII - dos recursos para o financiamento da Educação, definida pela legislação vigente, em especiais Leis n.º 9.394/96 e n.º 9.424/96;
- IX - de outras rendas.



Art. 19 – Nos orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimentos, a apropriação da despesa far-me-á por categoria de programação conforme conceito estabelecido no art. 9º, inciso I, desta Lei.

§ 1º - Para fins de integração do planejamento e orçamento, será adotada, no âmbito no Município, a classificação por função, subfunção e programa a que se refere a Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, do Ministro de Estado do Orçamento e Gestão.

§ 2º - Os órgãos da Administração Direta, os Fundos e as entidades da Administração Indireta, responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações de uma categoria de programação, serão identificados na proposta orçamentária, como unidades orçamentárias.

§ 3º - As dotações atribuídas às unidades orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em crédito adicional, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta, integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

Art. 20 – O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será apresentado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º - Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária com as Leis nºs 6.404/1976 e 9.457/1997, serão considerados investimentos, as despesas com aquisição de direitos do ativo imobilizado.

§ 2º - A despesa será discriminada segundo a classificação funcional, expressa por categoria de programação em seu menor nível, inclusive com as fontes.

§ 3º - O detalhamento das fontes de financiamento dos investimentos de cada empresa referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos;

- I - gerados pela empresa;
- II - decorrentes da participação acionária do Município;
- III - oriundos de transferências do Município, sob outras formas que não as compreendidas nos inciso anterior;
- IV - de outras origens.

Art. 21 – A Lei Orçamentária estimará a receita e fixará a despesa dentro da realidade, capacidade econômico-financeira e da necessidade do Município.

SEÇÃO II DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 22 – O Poder Legislativo, encaminhará, até o dia 06 de agosto de 2008, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento, para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, atendidos os princípios constitucionais e a Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

Parágrafo Único – Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

- I - o estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional n.º 25/2000;



II - os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

Art. 23 – Os órgãos da administração direta, seus fundos e administração indireta – autarquias e fundações, instituídas pelo Poder Público e demais entidades, deverão entregar suas respectivas propostas orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 06 de agosto de 2008, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidas nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 24 – O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 31 de julho de 2008, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária, conforme determina o art. 100 § 1º da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional n.º 30, discriminada por órgão da administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa, especificando:

- I - número e data de ajuizamento da ação ordinária;
- II - tipo do precatório;
- III - tipo da causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI - valor a ser pago; e
- VII - data do trânsito em julgado.

§ 1º - A inclusão de recursos na Lei Orçamentária para atender o pagamento de Precatórios Judiciais e o equilíbrio orçamentário exigido pela LC 101/2000 será de até 2% (dois por cento) do valor das receitas correntes, excluindo - se as transferências de convênios e as receitas vinculadas e/ou com destinação própria, cujo pagamento dar-se-á de acordo com os seguintes critérios e prioridades, respeitada a ordem cronológica dos precatórios:

- I - Precatório de natureza alimentícia até o limite de 70% do valor previsto neste parágrafo, dentro do exercício;
- II - Precatórios de natureza não alimentícia com valor não superior a três mil reais será quitado em parcela única;
- III - Precatórios de natureza não alimentícia com valor superior a dois mil reais será quitado em até dez parcelas iguais, anuais e sucessivas;
- IV - Precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da emissão da posse, cujos valores ultrapassem o limite do inciso II será dividido em duas parcelas iguais e sucessivas, dentro do exercício e nos limites referidos no parágrafo primeiro deste artigo.

§ 2º - Os créditos que excederem aos limites impostos no parágrafo anterior serão remanejados para o exercício seguinte dentro dos critérios da nova LDO.

§ 3º - Os órgãos e entidades devedores, referidos no *caput* deste artigo, comunicarão à Chefia do Gabinete, no prazo de até 30 de agosto de 2008, eventuais divergências verificadas entre a relação recebida e os processos que originaram os precatórios recebidos.

Art. 25 – As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual será apresentadas:

- I - na forma da disposição constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;
- II - acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

Art. 26 – Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:



I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

- a) dotação para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida.

III - sejam relacionadas com:

- a) a correção de erros ou emissões; ou
- b) os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

§ 1º - As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e a técnica do projeto durante a vigência da Lei orçamentária;

II - no caso, de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

Art. 27 – A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município e nesta Lei.

Art. 28 – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2006 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa.

Art. 29 – O Chefe do Poder Executivo, adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2009, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

Parágrafo único – Os mecanismos previstos no *caput* deste serão operacionalizados:

I - mediante audiências públicas, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II - pela seleção dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício.

Art. 30 – O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária, enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 31 – Fará parte integrante da Lei Orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs, relativos aos Programas de Trabalhos integrantes da Lei Orçamentária, discriminando a categoria de programação da despesa ao nível de elemento de despesa e fonte de recursos.

§ 1º - As fontes de recursos de que trata este artigo, serão apresentadas da forma abaixo, podendo ser inserido outras fontes, conforme necessidades da administração:

- 01 – Recursos próprios e transferências da União e Estado;
- 02 – Transferências do FUNDEB;
- 03 – Transferências de Convênios da União e suas Entidades;
- 04 – Transferências de Convênios do Estado e suas Entidades;



- 05 – Transferências de Recursos para a Saúde;
- 06 – Transferência de Recursos para a Assistência Social;
- 07 – Transferências de Recursos para a Educação;
- 08 – Recursos Próprios de Autarquias e Fundações;
- 09 - Recursos Gerados pelas Empresas;
- 10 – Operações de Crédito;
- 11 – Alienação de Bens;
- 12 – Outros Recursos.

Art. 32 – Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 33 – As modificação da Lei Orçamentária por créditos suplementar, e por anulação das dotações orçamentárias poderão ser realizadas através de **remanejamento total ou parcial** nas mesmas categorias de despesas ou ainda se necessário entre categorias diferentes, por exemplo: Capital para Capital, Corrente para Corrente, Capital para Corrente e Corrente para Capital.

Art. 34 – As propostas de modificação da Lei Orçamentária por créditos adicionais, serão apresentadas na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único – Acompanharão as propostas relativas aos créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciados que justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 35 – Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

Parágrafo único – A despesa total com pessoal será apurada somando - se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 36 – Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

Parágrafo único – Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividade que, simultaneamente:

- I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;
- II - não sejam inerentes à categoria funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.



Art. 37 – As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2009, com base na folha de pagamento de junho de 2008, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais.

§ 1º - A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, conforme estabelece o art. 19, inciso III da Lei Complementar n.º 101/2000.

- I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;
- II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I - da indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II - relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II § 6º do art. 57 da Constituição Federal;
- IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

§ 3º - Para fins deste artigo entende-se como receita corrente líquida a disposta no art. 2º, inciso IV da Lei Complementar n.º 101/2000.

§ 4º - O Poder Executivo repassará até 8% (oito por cento) em forma de duodécimo para o Poder Legislativo.

Art. 38 – A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no § 1º do art. 36 desta Lei será realizada ao final de cada semestre.

Parágrafo Único – Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite serão vedados ao Poder que houver incorrido no excesso:

- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;
- II - criação de cargo, emprego ou função;
- III - alteração de estrutura de carreira que impliquem aumento de despesa;
- IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V - contratação de hora extra.

Art. 39 – Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 36, sem prejuízo das medidas previstas no art. 37 desta Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 1º - No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º - É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

§ 3º - Na alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:



- I - receber transferências voluntárias;
- II - obter garantias, direta ou indireta, de outro ente;
- III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal;

§ 4º - As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder.

Art. 40 – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no artigo seguinte com autorização do Poder Legislativo.

Art. 41 – Todo e qualquer ato que provoque aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

- I - houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;
- II - for comprovado o atendimento do limite de comprometimento da despesa com pessoal estabelecido no art. 37 desta Lei.

Parágrafo único – O disposto no *caput* compreende, entre outras:

- I - a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;
- II - a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;
- III - a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

Art. 42 – O projeto da Lei orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ou incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

- I - educação;
- II - saúde;
- III - fiscalização fazendária;
- IV - assistência à criança e ao adolescente.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E POLÍTICA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS

Art. 43 – Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

- I - adaptação e ajustamento da legislação tributária às alterações da correspondente legislação Estadual e federal;
- II - revisões e simplificações da legislação tributária municipal;
- III - aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários;
- IV - geração de receita própria pelas entidades da administração indireta;
- V - estabelecimento de critérios de compensação de renúncia caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributária.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL SEÇÃO I



DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 – A gestão responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentado do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

Art. 45 – A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas quanto:

- I - ao endividamento público;
- II - ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;
- III - aos gastos com pessoal e encargos sociais;
- IV - à administração e gestão financeira.

Art. 46 – São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos no art. 43 desta lei:

- I - o equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atende-las;
- II - a limitação da dívida ao percentual estabelecido no art. 48 desta Lei;
- III - a adoção de política tributária estável e previsível coerente com a realidade econômica e social do Município e da região em que este se insere;
- IV - a limitação e contenção dos gastos públicos;
- V - a administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Art. 47 – A fixação de despesas nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, priorizada por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

Art. 48 – Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam aos arts. 16 e 17 da Lei Complementar n.º 101/2000.

Parágrafo único – Para os efeitos dos § 3º do art. 16 da Lei Complementar n.º 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 9.648/98.

SEÇÃO II DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 49 – A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento das despesas decorrentes dos débitos financiados e refinanciados, identificados na forma do art. 29 da Lei Complementar n.º 101/00.

§ 1º - A dívida pública consolidada, conforme dispõe o art. 1º, § 1º, III, da Resolução nº 40 do Senado Federal, compreende o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de lei, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que



houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

§ 2º - A dívida consolidada líquida, compreende a dívida pública consolidada deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

§ 3º - O endividamento líquido do Município até o final do décimo quinto exercício financeiro, contado a partir do encerramento do exercício financeiro de 2005, não poderá exceder a 1, 2 (um inteiro e dois décimos) vezes a Receita Corrente Líquida, conforme determina o art. 3º, III da Resolução n.º 40 do Senado Federal.

Art. 50 – O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal, observado as disposições contidas nos arts. 32 a 37 da Lei Complementar n.º 101/2000.

§ 1º - A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações em nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

§ 2º - O montante global das operações de crédito interna e externa, realizadas em um exercício financeiro, não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da RCL, conforme determina o art. 7º, I da Resolução n.º 43 do Senado Federal.

Art. 51 – A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar n.º 101/2000.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52 – Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei n.º 4.320/64, combinado com o previsto na Resolução n.º 297/96 e Parecer Normativo n.º 004/96 do Tribunal de Contas dos Municípios, constituir-se-ão em Unidades Orçamentária, vinculados a um órgão da Administração Municipal.

Parágrafo único – Entende-se por Unidade Orçamentária qualquer órgão, fundo especial e entidades da Administração Pública Municipal contemplados com crédito/dotação no orçamento.

Art. 53 – Caso a Lei Orçamentária Anual não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro de 2006, fica o Poder Executivo autorizado a executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos;
- II - serviços da dívida;
- III – despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade;
- IV - investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;
- V - contrapartida de Convênios Especiais.

Parágrafo único – Ficam excluídas da limitação prevista no *caput* deste artigo, as



ESTADO DA BAHIA
SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

14

despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

Art. 54 – Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

Art. 55 – O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros Municípios entidades privadas, nacionais e internacionais.

Art. 56 – Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitarão a emissão de empenho e movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas.

§ 1º - A limitação que trata o *caput* será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder.

§ 2º - Não estarão sujeitos à limitação de empenho as seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos;
- II- serviços da dívida;
- III - decorrentes de financiamentos;
- IV - decorrentes de convênios;
- V - as sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social.

§ 3º – No caso de o Poder Legislativo não promover a limitação prevista no prazo estabelecido no *caput*, o Poder Executivo fica autorizado a limitar os valores financeiros nos mesmos critérios estabelecidos para o Poder Executivo.

Art. 57 – A proposta orçamentária conterá reserva de contingência no orçamento fiscal, em montante máximo correspondente a até 3% (três por cento), calculado sobre o total da receita corrente líquida do Município do exercício de 2007.

Art. 58 – Integrarão a presente Lei os Anexos:

- I - Metas Ações Administrativas;
- II - Metas Fiscais;
- III – Riscos Fiscais.

Parágrafo único – Os previstos neste artigo poderão ser revistos por ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, e, também, a definição das transferências constitucionais constantes dos projetos orçamentários da União e do estado da Bahia.

Art. 59 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31/12/2009.

Art. 60 – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, em 01 de julho de 2008.

ISMAR JACOBINA DE SANTANA
Prefeito

14



ANEXO I (Art. 165, § 2º da C.F.) - INFORMAÇÕES POR PROGRAMA - OBJETIVOS, AÇÕES E METAS



ESTADO: BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Em Real (R\$)

ANEXO I (Art. 165, § 2º da C.F.) - INFORMAÇÕES POR PROGRAMA - OBJETIVOS, AÇÕES E METAS

ORGAO: 1-CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

01. PROGRAMA:

1000-Transparência do Legislativo

COD.	PROJETO/ATIVIDADE	ANO	PREVISÃO
2001	Manutenção do Plenário da Câmara	2009	346.500,00
2002	Manutenção das atividades do Poder Legislativo	2009	451.000,00
Total do Programa		2009	797.500,00
Total do Órgão			797.500,00



ESTADO: BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Em Real (R\$)

ANEXO I (Art. 165, § 2º da C.F.) - INFORMAÇÕES POR PROGRAMA - OBJETIVOS, AÇÕES E METAS

ORGAO: 2-GABINETE DO PREFEITO

01. PROGRAMA:

2000-Administração com Eficiência

COD.	PROJETO/ATIVIDADE	ANO	PREVISÃO
2003	Manutenção do Gabinete do Prefeito	2009	55.000,00
2004	Manutenção dos Serviços do Gabinete do Prefeito	2009	470.800,00
Total do Programa		2009	525.800,00
Total do Órgão			525.800,00



ESTADO: BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Em Real (R\$)

ANEXO I (Art. 165, § 2º da C.F.) - INFORMAÇÕES POR PROGRAMA - OBJETIVOS, AÇÕES E METAS

ORGAO: 3-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

01. PROGRAMA:

2000-Administração com Eficiência

COD.	PROJETO/ATIVIDADE	ANO	PREVISÃO
2005	Manutenção da Secretaria de Administração	2009	1.622.500,00
2006	Pagamento da Dívida do Município	2009	418.000,00
2036	Gestão dos recursos do CIDE	2009	60.500,00
Total do Programa		2009	2.101.000,00
Total do Órgão			2.101.000,00



ESTADO: BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Em Real (R\$)

ANEXO I (Art. 165, § 2º da C.F.) - INFORMAÇÕES POR PROGRAMA - OBJETIVOS, AÇÕES E METAS

ORGAO: 4-SECRETARIA DE FINANÇAS

01. PROGRAMA:

2000-Administração com Eficiência

COD.	PROJETO/ATIVIDADE	ANO	PREVISÃO
2007	Manutenção da Secretaria de Finanças	2009	412.500,00
2008	Melhoria do Sistema de Arrecadação e Fiscalização	2009	6.600,00
2009	Reserva de Contingência	2009	555.500,00
Total do Programa		2009	974.600,00
Total do Órgão			974.600,00



ESTADO: BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Em Real (R\$)

ANEXO I (Art. 165, § 2º da C.F.) - INFORMAÇÕES POR PROGRAMA - OBJETIVOS, AÇÕES E METAS

ORGAO: 5-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01. PROGRAMA:

4000-Educação para Todos

COD.	PROJETO/ATIVIDADE	ANO	PREVISÃO
1002	Construção, Reforma e Manut. de Obras Educacional	2009	66.000,00
2010	Manutenção do Dinheiro Escola	2009	13.200,00
2011	Manutenção da Secretaria de Educação e dependência	2009	1.207.800,00
2012	Manutenção do Ensino Pré-Escolar	2009	44.000,00
2013	Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB	2009	3.685.000,00
2014	Manutenção do Ensino de 2º Grau	2009	18.700,00
2015	Manutenção do Programa Alimentação Escolar - PNAE	2009	121.000,00
2016	Manutenção de Programas de Convênios com a Educação	2009	223.300,00
2034	Gestão dos Recursos do Salário Educação	2009	110.000,00
2035	Gestão dos recursos do PNATE	2009	66.000,00
Total do Programa		2009	5.555.000,00
Total do Órgão			5.555.000,00



ESTADO: BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Em Real (R\$)

ANEXO I (Art. 165, § 2º da C.F.) - INFORMAÇÕES POR PROGRAMA - OBJETIVOS, AÇÕES E METAS

ORGAO: 6-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER

01. PROGRAMA:

2000-Administração com Eficiência

COD.	PROJETO/ATIVIDADE	ANO	PREVISÃO
1003	Const. Amp.Reforma de Obras de Lazer e Esporte Ama	2009	35.200,00
1004	Incentivo a Cultura	2009	19.800,00
1005	Programa de Infra-Estrutura	2009	27.500,00
2017	Manutenção das Festividades Tradicionais	2009	71.500,00
2018	Programa de Apoio e Incentivo ao Esporte Amador	2009	70.400,00
Total do Programa		2009	224.400,00
Total do Órgão			224.400,00



ESTADO: BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Em Real (R\$)

ANEXO I (Art. 165, § 2º da C.F.) - INFORMAÇÕES POR PROGRAMA - OBJETIVOS, AÇÕES E METAS

ÓRGÃO: 7-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01. PROGRAMA:
3000-Vigilância a Saúde

COD.	PROJETO/ATIVIDADE	ANO	PREVISÃO
1006	Melhoria e Expansão da Rede Física de Saúde	2009	41.800,00
2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS	2009	1.565.300,00
2020	PAB - Piso de Atenção Básica	2009	390.500,00
2021	PAB Ações Básicas de Vigilância Sanitária	2009	11.000,00
2022	PAB - Programa de Agentes Comunitários - PACS	2009	104.500,00
2023	PAB - Programa de Saúde na Família - PSF	2009	892.100,00
2024	PAB - Programa de Farmácia Básica	2009	22.000,00
2025	Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica	2009	29.700,00
Total do Programa		2009	3.056.900,00
Total do Órgão			3.056.900,00



ESTADO: BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Em Real (R\$)

ANEXO I (Art. 165, § 2º da C.F.) - INFORMAÇÕES POR PROGRAMA - OBJETIVOS, AÇÕES E METAS

ORGAO: 8-SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

01. PROGRAMA:
5000-Assistência Social

COD.	PROJETO/ATIVIDADE	ANO	PREVISÃO
1007	Construções e Manutenções Comunitárias	2009	46.200,00
1008	Const. e Manutenção de Redes de Saneamento Básico	2009	25.300,00
1009	Programa de Melhoria Habitacionais	2009	30.800,00
2026	Manutenção da Secretaria de Bem Estar Social	2009	189.200,00
2033	Gestão dos Recursos do FIES	2009	66.000,00
2037	CRAS - Centro de Reforma a Assist. Social	2009	70.400,00
2038	Manutenção do Conselho Tutelar	2009	22.000,00
Total do Programa		2009	449.900,00
Total do Órgão			449.900,00



ESTADO: BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Em Real (R\$)

ANEXO I (Art. 165, § 2º da C.F.) - INFORMAÇÕES POR PROGRAMA - OBJETIVOS, AÇÕES E METAS

ORGAO: 9-SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

01. PROGRAMA:

2000-Administração com Eficiência

COD.	PROJETO/ATIVIDADE	ANO	PREVISÃO
1001	Construção de um Complexo Policial	2009	56.100,00
1010	Construção, Reforma e Ampliação de Obras Públicas	2009	83.600,00
1011	Construção e Restauração de Praças e Jardins	2009	33.000,00
1012	Construção de Manutenção de Vias	2009	88.000,00
2027	Ampliação e Manutenção do Sistema de Iluminação	2009	38.500,00
2028	Manutenção da Limpeza Pública	2009	275.000,00
2029	Manutenção da Divisão de Obras e Serviços	2009	292.600,00
Total do Programa		2009	866.800,00
Total do Órgão			866.800,00



ESTADO: BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Em Real (R\$)

ANEXO I (Art. 165, § 2º da C.F.) - INFORMAÇÕES POR PROGRAMA - OBJETIVOS, AÇÕES E METAS

ORGAO: 10-SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

01. PROGRAMA:

2000-Administração com Eficiência

COD.	PROJETO/ATIVIDADE	ANO	PREVISÃO
1013	Reforma do Centro Abas e Outras Obras do Setor	2009	33.000,00
2030	Programa de Incentivo a Indústria e Comércio	2009	11.000,00
2031	Incentivo a Agricultura	2009	22.000,00
Total do Programa		2009	66.000,00
Total do Órgão			66.000,00



ANEXO I (Art. 165, § 2º da C.F.) - INFORMAÇÕES POR PROGRAMA - OBJETIVOS, AÇÕES E METAS

ORGAO: 11-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS

01. PROGRAMA:

2000-Administração com Eficiência

COD.	PROJETO/ATIVIDADE	ANO	PREVISÃO
1014	Reforma e Ampliação de Estradas e Outras Obras do	2009	55.000,00
2032	Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagens	2009	177.100,00
Total do Programa		2009	232.100,00
Total do Órgão			232.100,00



ESTADO: BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

ANEXO II - PARTE I (Art. 4º § da L.C. 101/00)

Em Real (R\$)

DESCRICAÇÃO	EXECUTADO	ORÇADO	PREVISÃO
	2007	2008	2009
Receitas Correntes(A)	12.979.267,41	14.544.000,0	15.998.400,00
Receita Tributária	441.278,24	521.000,00	573.100,00
Receitas Patrimoniais	3.329,04	16.000,00	17.600,00
Receita de Serviços		2.000,00	2.200,00
Transferências Correntes	12.521.030,20	13.948.000,0	15.342.800,00
Outras Receitas Correntes	13.629,93	57.000,00	62.700,00
Receitas de Capital(B)		130.000,00	143.000,00
Operações de Créditos		20.000,00	22.000,00
Alienação de Bens		10.000,00	11.000,00
Transferências de Capital		100.000,00	110.000,00
Deduções da Receita Corrente(C)	-1.589.866,74	-1.174.000,00	-1.291.400,00
RETIFICADORA DA RECEITA	-1.589.866,74	-1.174.000,00	-1.291.400,00
1. TOTAL = (A+B+C)	11.389.400,67	13.500.000,00	14.850.000,00
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES + RECEITAS DE CAPITAL	12.979.267,41	14.674.000,00	16.141.400,00
DESPESAS CORRENTES(C)	11.424.672,58	12.167.000,00	13.383.700,0
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.501.934,52	6.525.000,00	7.177.500,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	38.058,30	30.000,00	33.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.884.679,76	5.612.000,00	6.173.200,00
DESPESAS DE CAPITAL(D)	357.326,18	828.000,00	910.800,00
INVESTIMENTOS	20.762,60	454.000,00	499.400,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	336.563,58	374.000,00	411.400,00
RESERVA DE CONTIGENCIA(E)	0,00	505.000,00	555.500,00
RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	505.000,00	555.500,00
2. TOTAL = (C + D + E)	11.781.998,7	13.500.000,00	14.850.000,00
RESULTADO PATRIMONIAL (1-2)	-392.598,09	0,00	0,00



ESTADO: BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

ANEXO II - PARTE II (Art. 4º § 1ª e § 2º, II da L.C. 101/00)

Em Real (R\$)

DESCRICAÇÃO	EXECUTADO	ORÇADO	PREVISÃO
	2007	2008	2009

VALORES CORRENTES

1 - Receita Total	11.389.400,67	13.500.000,00	14.855.500,00
2 - Despesa Total	11.781.998,76	13.500.000,00	14.850.000,00
3 - Resultado Primario	-392.598,09	0,00	5.500,00
4 - Resultado Nominal (3+ou -Juros Normais)	-392.598,09	0,00	5.500,00
5 - Divida Consolidada			

VAORES CONSTANTES

1 - Receita Total	11.389.400,67	13.500.000,00	14.855.500,00
2 - Despesa Total	11.781.998,76	13.500.000,00	14.850.000,00
3 - Resultado Primario	-392.598,09	0,00	5.500,00
4 - Resultado Nominal (3+ou -Juros Normais)	-392.598,09	0,00	5.500,00
5 - Divida Consolidada			

METODOLOGIA DE CALCULO UTILIZADA

Quadro de valores correntes - Analise de tendencias pelo método linear e aplicações das taxas inflacionárias utilizadas pelo Governo 2.010,00, 2011 e 2012.

Quadro de valores constante - Analise de tendencias da realização da receita e despesas excluindo as taxas de inflação projetadas para os exercicios de 2008 e 2007.

A divida consolidada - Foi atualizada pelos indices inflacionarios de 5,00%, para o exercicio de 2008 , 3,68%, no exercicio de 2007 e 3,50% nos exercicios de



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2009

ANEXO III

RISCOS FISCAIS BASE LEGAL: “Art. 4º, § 3º da LC – 101/2000”

Em observação ao art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101 de 2000, levamos à baila a conceituação e classificação dos riscos fiscais, avaliados os passivos contingentes, identificados e contextualizados os condicionantes que podem afetar as contas públicas, notadamente a execução de um orçamento em perfeito equilíbrio. Os riscos fiscais compreendem a frustração da receita corrente em relação às metas fixadas, o crescimento da dívida e da despesa acima das esperadas, além da eventual manifestação de passivos.

I – Riscos que afeta a Receita

O comportamento das receitas está sujeito mais direta e intensamente à variação do nível de preços, de atividades econômicas e de alterações na legislação resultantes de reforma tributária. Os riscos orçamentários referem-se portanto, aos desvios entre os parâmetros adotados nas projeções dessas variáveis e os valores de fato observados ao longo do período compreendido pelas diretrizes orçamentárias.

Os riscos associados à variação de preços se manifestam de forma distinta em relação a uma das principais fontes de arrecadação deste Município que é o ICMS, pois ela apresenta uma parcela de recolhimentos sujeita a preços administrados e outra ao comportamento de preços de mercado. No caso da parcela de preços administrado, o risco reside na possibilidade de alterações nas regras vigentes. Para a parcela preços de mercado, as expectativas são dependentes da evolução dos índices de preços ao consumidor. Destarte, previsões atuais do Banco Central indicam a manutenção de controle de preços.



**ESTADO DA BAHIA
SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA**

No tocante aos riscos impactantes na receita, traz ainda preocupação a este Executivo Municipal a frustração da arrecadação da Dívida Ativa, bem como outras receitas tributárias. Outros riscos que também não deixamos de prever, é a redução no FPM.

Na eventualidade de ocorrência dos riscos aqui mencionados apresentarem evoluções desfavoráveis para as receitas, este Executivo Municipal deverá, oportunamente, adequar sua proposta de Lei Orçamentária, a ser enviada à Câmara de Vereadores, à nova realidade então vigente.

II – Riscos da Dívida

No tocante à dívida, o maior risco reside nos índices de preços e decorre de eventuais variações divergentes entre as projetadas e as que se efetivarão. Notadamente o IGP, uma vez que, a maioria das dívidas contratuais, estão atreladas a este índice. Em relação a dívida externa, este item não apresenta nenhum risco, tendo em vista que este Executivo Municipal não contratou até a presente data. Cabe mencionar que na hipótese das liberações das operações de créditos não se realizarem nos montantes previstos, bem como as alienações de bens, caberá ao Município cancelar e/ou reprogramar despesas que são suportadas por tais fontes.

III – Riscos nas Despesas

Este Município vem adotando uma política de rígido controle sobre os gastos. Nesse sentido, as despesas não apresentam riscos significativos em função da continuidade por parte do Município dos controles e do aperfeiçoamento de medidas de racionalização dos gastos, do planejamento e gerenciamento nas suas ações, consoante com o orçamento Municipal.

IV – Riscos de passivos contingentes

Podemos considerar também entre os riscos fiscais os passivos contingentes do Município nos quais se enquadram as ações movidas em face da Administração



**ESTADO DA BAHIA
SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA**

Municipal, de conhecimento da Assessoria Jurídica, que poderão no futuro, vir a trazer impactos ao Tesouro Municipal e que não foram registradas como provisão por incerteza na materialização do risco ou por inexistência de peça documental.

Ante o exposto, apresentaremos a seguir um quadro demonstrativo dos riscos fiscais e providências a serem tomadas, para a LDO de 2009:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS - LDO 2009

RISCO FISCAL	ESTIMADO R\$	POSSIBILIDADE OCORRÊNCIA	PROVIDÊNCIAS
Redução das receitas previstas ICMS/IPI/IPVA	5.000,00	BAIXA	Reduzir investimentos, despesas de manutenção e custeio
Redução das receitas do FPM	5.000,00	BAIXA	Reduzir investimentos, despesas de manutenção e custeio
Frustração na cobrança da Dívida Ativa	25.000,00	ALTA	Reduzir o consumo de combustíveis, telefone, energia elétrica e água
Ações Judiciais	10.000,00	BAIXA	Reduzir aquisição de equipamentos e despesas com manutenção
Aumento do Salário Mínimo	20.000,00	ALTA	Reduzir horas extras, diárias e gratificações
Ocorrência de fatos imprevistos na execução de obras, serviços e outros eventos fiscais.	10.000,00	MÉDIA	Reduzir contratações de prestação de serviços eventuais, terceirização e cortar obras e despesas de custeio.
TOTAL	75.000,00	-	-

ISMAR JACOBINA DE SANTANA
Prefeito